

Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*

Cláudio Salvadori Dedecca**
José Marcos Pinto da Cunha***

Ao longo da década de 1990, acompanhando tendência dominante internacionalmente, o Brasil, em especial a Região Metropolitana de São Paulo, vem experimentando um conjunto de transformações intensas em sua base produtiva, marcado pela racionalização e flexibilização do processo de trabalho, com fortes impactos negativos sobre o nível de emprego. A perda de capacidade de sustentação de um alto percentual de empregados no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo, desde os anos 80, foi acompanhada da redução do movimento migratório. Mais recentemente, alguns analistas passaram a sugerir o caráter transitório dessa desaceleração do fluxo migratório e o possível recrudescimento da migração para o Estado de São Paulo e sua principal área metropolitana. Se confirmada sua natureza de mais longo prazo, pode-se afirmar que essa recomposição do fluxo migratório tem e terá impactos substantivos no mercado de trabalho local. Este artigo analisa a migração na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90 a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo Dieese e a Fundação Seade, com o objetivo de avaliar o impacto destes movimentos sobre a disponibilidade de força de trabalho e seus efeitos para a situação de desemprego local. Por outro lado, analisa as conseqüências desse processo para as condições de inserção e remuneração da força de trabalho migrante.

Palavras-chave: Trabalho. Migração. População e mercado de trabalho. Região Metropolitana de São Paulo.

O padrão de industrialização brasileiro iniciado na década de 1930 foi caracterizado por uma elevada concentração da base produtiva na região Sudeste. Contudo, apenas na década de 1970 políticas de desenvolvimento regional tiveram efeitos reais, iniciando um movimento de desconcentração em favor de outras regiões do país, em especial, das regiões Nordeste e Sul.

Ao longo da década de 1990, acompanhando tendência dominante internacionalmente, o país, em especial a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), conheceu um conjunto de transformações intensas em sua base produtiva, marcado

por um processo de racionalização e flexibilização do processo de trabalho, com fortes impactos negativos sobre o nível de emprego setorial e global da região Sudeste brasileira. A perda de capacidade de sustentação do nível e da estabilidade de emprego no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo foi acompanhada da redução do movimento migratório para este estado, além de um aumento da migração de retorno (Cunha e Baeninger, 2000) e de uma maior retenção desse fluxo nas regiões historicamente “exportadoras” de população, como a região Nordeste e os estados de Minas Gerais e Paraná.

* Os autores agradecem a Carolina Barbieri, por seu trabalho de processamento dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Seade/Dieese.

** Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

*** Demógrafo, pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO) e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Dados mais recentes do Censo Demográfico de 2000, no entanto, sugerem o possível caráter transitório dessa desaceleração do fluxo migratório para a região Sudeste, na medida em que permitiram observar um certo recrudescimento da imigração, em especial para São Paulo, o que estaria em consonância com o sugerido esgotamento da capacidade de expansão da base industrial da região Nordeste (Cano, 1998). De fato, cálculos da Fundação Seade relativos aos saldos migratórios para o período 1991-2000 também já haviam apontado para este processo que, confirmada sua natureza de mais longo prazo, poderá ter impactos substantivos no mercado de trabalho local.

No entanto, é importante que se discuta, por um lado, a natureza do crescimento do saldo migratório da RMSP, no sentido da composição dos fluxos de imigração e emigração, para se ter maior clareza sobre o fenômeno a que estamos assistindo. Por outro lado, há que se pensar na medida do impacto desse “refluxo” (se é que ele realmente está ocorrendo) sobre a disponibilidade de força de trabalho e em suas conseqüências para a situação de desemprego local. Ademais, é preciso entender as conseqüências desse processo para as condições de inserção e remuneração da força de trabalho migrante, e buscar qualificar a reiteração (ou não) da precariedade da inserção produtiva e da renda obtida por esses trabalhadores observada ao longo do processo de industrialização.

Este artigo tenta responder ou, ao menos, sugerir algumas respostas para estas questões. Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese/

Fundação Seade para dois momentos, 1989 e 2000, e em alguns dados tabulados do Censo Demográfico de 2000, as análises realizadas buscam, por um lado, apresentar as mudanças no quadro migratório regional ocorridas neste período e, por outro, avaliar as formas de inserção e os rendimentos da população economicamente ativa da Região Metropolitana de São Paulo, com ênfase no recorte migrante/não-migrante.

A recuperação migratória dos anos 90: a realidade dos dados

Quando da divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1991, no calor do “novo dado”, vários de nós cometemos o equívoco de entender a queda do crescimento demográfico e do saldo migratório do Estado de São Paulo, e particularmente da RMSP, apenas pelo lado da redução do volume de imigração interestadual. Porém, não foi preciso muito tempo para se descobrir que um outro elemento contribuiu significativamente para este processo: a emigração, em especial a de retorno.

Deparamo-nos agora com uma situação semelhante. Cálculos feitos pela Fundação Seade mostraram que o saldo migratório do Estado de São Paulo voltou a apresentar valor positivo. Este índice de recuperação ficou muito claro em documento técnico divulgado recentemente por esta Fundação (Perillo, 2002):

Apesar da tendência de redução no ritmo de crescimento da população nas últimas décadas, o Estado de São Paulo vem passando por um sensível processo de

TABELA 1
População residente e taxa média anual de crescimento
Brasil, Estado e Região Metropolitana de São Paulo
1970-2000

Área Geográfica	População				Taxas Médias Anuais de Crescimento		
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/2000
RM de São Paulo	8.139.730	12.549.856	15.369.305	17.878.703	4,4	1,9	1,7
Município de São Paulo	5.924.615	8.475.380	9.610.659	10.434.252	3,6	1,1	0,9
Outros Municípios	2.215.115	4.074.476	5.758.646	7.444.451	6,3	3,2	2,9
Estado de São Paulo	17.771.948	24.953.238	31.436.273	37.032.403	3,5	2,1	1,8
Brasil	93.117.327	119.043.043	146.917.459	169.544.443	2,5	1,9	1,6

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

TABELA 2
Volume e taxa média anual de migração líquida
Estado e Região Metropolitana de São Paulo
1970-2000

Área Geográfica	SalDOS MigratÓrios Médios Anuais			Taxa Média Anual de Migração Líquida		
	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/80	1980/91	1991/2000
RM de São Paulo	229.576	-26.405	24.399	2,22	-0,19	0,15
Município de São Paulo	114.395	-68.578	-50.824	1,59	-0,76	-0,51
Outros Municípios	115.181	42.173	75.223	3,66	0,86	1,14
Estado de São Paulo	228.700	50.584	147.443	1,07	0,18	0,43

Fonte: Fundação Seade.

recuperação migratória. De fato, no período 1991-2000, o volume anual de migração do Estado (147 mil migrantes) quase triplicou em relação ao registrado entre 1980 e 1991 (50 mil). Dessa forma, a taxa anual de migração elevou-se de 1,8 migrante por mil habitantes, nos anos 80, para 4,3 migrantes por mil, na década de 90.

Como se vê nos dados da Tabela 1, é um fato que o ritmo de desaceleração do crescimento demográfico na RMSP nos anos 90 foi bem suave, visto que da década de 1980 à de 1990 a taxa média de crescimento diminuiu apenas 0,2 ponto percentual, contra os 2,5 pontos percentuais perdidos entre os anos 70 e 80. Comparando-se este resultado com o do estado e, sobretudo, com o do país, percebe-se, mesmo não se podendo negar o impacto da migração, que parte da redução do crescimento populacional nos anos 90 deve-se à redução da fecundidade.

Desta forma, assim como para o Estado de São Paulo, o mesmo pode ser dito com relação à sua principal Região Metropolitana, que, como se sabe, representa cerca da metade da população estadual. De fato, tomados sem muita euforia e de maneira mais fria, os resultados divulgados pela Fundação Seade não sugerem, necessariamente, uma grande recuperação da RMSP em termos migratórios, conforme veremos a seguir.

Os dados da Tabela 2 deixam claro que o impacto da migração no crescimento metropolitano dos anos 90 – representado pela taxa média anual de migração líquida, que apresentou uma certa recuperação –

foi ainda muito pequeno, com exceção dos municípios “periféricos” da região que, como mostram os dados, têm apresentado saldos positivos ao longo de todo o período. Como se sabe, estas áreas têm crescido muito acima da média da capital em função de um significativo fluxo migratório, em particular, daquele originado na própria região e, especialmente, no Município de São Paulo (Cunha, 2000).

É interessante notar que, mesmo no caso do Município de São Paulo, verifica-se uma pequena recuperação do saldo migratório, sem, no entanto, modificar significativamente sua característica de área de evasão demográfica. Na verdade, a partir da análise dos dados da Tabela 2 fica claro que boa parte das características migratórias da RMSP, e particularmente de seus municípios componentes, parece ter mudado pouco, a despeito de ela ter passado a apresentar um saldo migratório positivo. Por isso, é importante conhecer a natureza do crescimento destes ganhos populacionais líquidos da região. Nesse sentido, os dados sobre migração da PED permitem uma série de constatações que ajudam a entender melhor este quadro.

Em primeiro lugar, estes dados denotam que o volume de migrantes recentes¹ estimado parece, de fato, ter crescido na década de 1990, em comparação com a década anterior, o que indica uma recuperação com relação à tendência delineada nos anos 80 pelos dados censitários, que mostravam claramente a redução da imigração, em particular da

¹ Neste texto, a definição de migrante utilizada é a seguinte: pessoas que tenham morado em um município fora da RMSP (questão C071, códigos 2, 3 e 4). Estes migrantes são classificados também pelo tempo de residência: “migrantes recentes”, com menos de dez anos de residência, e “migrantes antigos”, com mais de dez anos de residência.

TABELA 3
Pessoas não-naturais do Estado de São Paulo com menos de 10 anos de residência,
segundo UF/região de residência anterior
Região Metropolitana de São Paulo
1980-2000

Região de Residência Anterior	1970/1980	1981/1991	1990/2000
Norte	17.552	28.314	26.071
Nordeste	1.181.358	1.085.308	1.231.954
Piauí	52.451	68.894	86.079
Alagoas	79.481	68.419	96.417
Bahia	387.478	355.215	483.370
Sudeste	490.488	288.877	228.377
Minas Gerais	392.596	216.622	166.500
Sul	418.188	140.746	105.105
Paraná	379.719	111.761	76.689
Centro-Oeste	73.212	44.041	44.873
Outros (*)	72.529	43.432	53.895
Total	2.253.327	1.641.718	1.690.265

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Microdados. Elaboração dos autores.

(*) Inclui estrangeiros, Brasil não especificados e ignorados.

TABELA 4
Distribuição e volume estimados da população, segundo condição migratória
Região Metropolitana de São Paulo
1989 e 2000

Condição Migratória	Percentuais		Totais Estimados	
	1989	2000	1989	2000
Não-Migrante	53,2	56,0	7.880,269	9.972,439
Migrantes Total	46,8	44,0	6.934,936	7.835,487
Migrantes Recentes	13,9	12,8	2.059,288	2.279,415
Migrantes Antigos	32,9	31,2	4.875,647	5.556,073
Migrantes Recentes				
Migrante Intra-estadual	2,2	2,0	325,935	356,159
Migrante Interestadual	11,4	10,5	1.688,933	1.869,832
Migrante Outro País	0,2	0,3	29,630	53,424

Fontes: Dieese/Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego, 1989 e 2000. Fundação Seade para a população estimada para 1989 e 2000.

Obs.: Exclui os "sem declaração".

interestadual, em comparação com os volumes observados na década de 1970 (Cunha, 2000).

Isto pode ser comprovado pela Tabela 3, construída a partir dos dados divulgados do Censo Demográfico de 2000, que mostra que a migração proveniente de fora do Estado de São Paulo e dirigida à RMSP sofreu um aumento da ordem de 3%, passando de 1,64 para 1,69 milhões de pessoas entre 1980 e 1990. Embora pouco significativo, este aumento traz embutido algumas tendências expressivas, das quais duas se destacam: primeiro, a já observada e propalada redução da migração advinda

de Minas Gerais e Paraná; segundo, e talvez o mais interessante deles, um forte aumento da migração originada no Nordeste, em especial na Bahia, cujo volume do fluxo cresceu mais de 36% na década de 1990.

É importante notar que, no que diz respeito à imigração, os dados da PED confirmam as tendências reveladas pelo Censo de 2000, até mesmo apontando volumes bem próximos aos obtidos a partir dos dados censitários, como fica claro na Tabela 4. Nestes mesmos dados, é ainda possível observar um ligeiro aumento da migração proveniente do próprio Estado de

São Paulo, muito embora seu peso e, portanto, seu impacto claramente tenham sido reduzidos no conjunto da região.

Um dado que suscita muito mais dúvidas sobre a natureza e, neste caso, sobre a existência de mudanças migratórias na RMSP refere-se à migração por tempo de residência. Caso as informações levantadas na PED e as estimativas aqui elaboradas forem corretas, ao que tudo indica, o maior período de “recuperação migratória” da região foi, na verdade, o primeiro quinquênio da década de 1990.

De fato, a Tabela 5 mostra que tanto o peso quanto o volume estimado da migração ocorrida no ano anterior às pesquisas foram muito mais significativos

na PED de 1989 do que na de 2000. Isso significa dizer que no final da década de 1990 entravam menos migrantes na RMSP do que no final dos anos 80. Portanto, se houve alguma “recuperação migratória”, esta certamente não foi recente. Tal constatação também é sugerida pelo volume de migrantes com tempo de residência entre cinco e nove anos, que na PED de 2000 se mostrou bem superior ao encontrado em 1989.

O Gráfico 1 apresenta outra forma de observar estes resultados. Como se percebe, o peso relativo dos migrantes recém-chegados (menos de um ano de residência) sofre um incremento ao longo do primeiro quinquênio da década de 1990, para logo

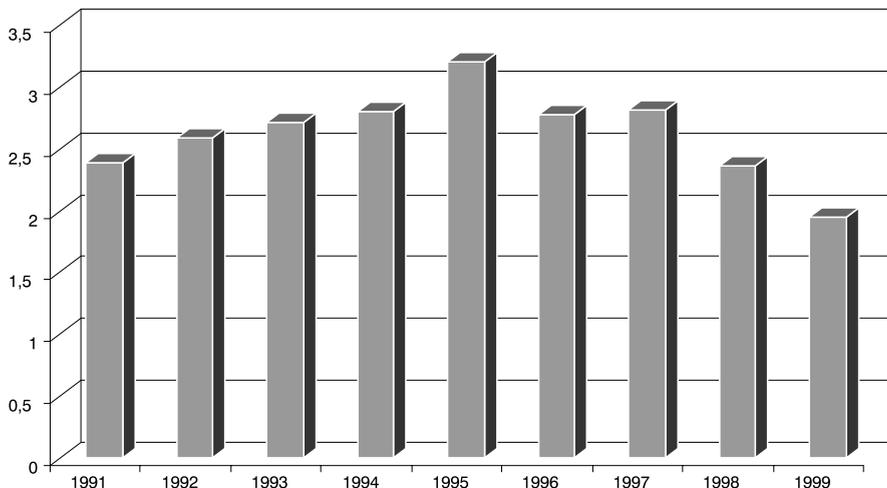
TABELA 5
Composição de migração por tempo de residência
Região Metropolitana de São Paulo
1989 e 2000

Tempo de Residência	Percentuais na PED		Totais Estimados	
	1989	2000	1989	2000
Menos de 1 ano	9,1	6,6	633.722	513.932
2 a 4 anos	9,6	9,5	662.528	743.225
5 a 9 anos	11,2	13,2	777.750	1.035.771
Mais de 10 anos	70,1	70,7	4.860.936	5.542.559

Fonte: Dieese/Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego, 1989 e 2000.

Obs.: Exclui os “sem declaração”.

GRÁFICO 1
Peso relativo da PEA migrante com menos de 1 ano de residência na PEA migrante total
RMSP, 1991-1999



Fonte: Dieese/Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Microdados. Elaboração dos autores.

apresentar uma tendência decrescente. Quando se leva em consideração que a população da RMSP cresceu em volume ao longo desse tempo, estes dados derivados da PED sugerem fortemente um crescimento da migração entre 1991 e 1995. Infelizmente, comprovações definitivas não podem ser obtidas pelos dados disponíveis.

Assim, tudo leva a crer que esta “recuperação” não se tenha sustentado ao longo da década, e que o que observamos nos saldos decenais seja mais o fruto de algo já ocorrido do que em franco desenvolvimento. Na verdade, do ponto de vista meramente técnico, o registrado na RMSP nos anos 90 poderia ser explicado da seguinte forma: uma retomada da imigração, juntamente com a redução da emigração, em especial a de retorno; ou uma retomada da imigração com intensidade bem maior que a emigração.

Os dados apresentados não deixam dúvidas sobre o aumento do volume de nordestinos na RMSP, particularmente daqueles provenientes da Bahia, fenômeno já captado pela Contagem Populacional de 1996 (Cunha, 1999), além dos movimentos originados em Alagoas e Piauí. No entanto, o Censo 2000 não corrobora a hipótese de uma redução da emigração; ao contrário, os dados censitários indicam que esta experimentou um ligeiro aumento tanto no Estado de São Paulo quanto na RMSP.

Desta forma, o mais provável é que a anunciada “recuperação demográfica ou migratória” da RMSP, mesmo que num patamar bem reduzido, tenha sido possível não tanto em função do aumento de seu poder de retenção demográfica, mas simplesmente devido a condições externas que tiveram conseqüências sobre as áreas emissoras de população. Além disso, tudo indica que tal “recuperação” não foi homogênea ao longo da década.

Nesse sentido, é sempre bom lembrar as previsões de Cano (1995) quanto ao impacto da reestruturação produtiva nas alternativas facultadas aos migrantes:

Sob o ponto de vista do nosso processo de urbanização, os efeitos da reestruturação produtiva sob a égide de políticas neoliberais

serão igualmente danosos e complexos para a economia e a sociedade brasileiras. Com a reconcentração industrial e com a falta de empregos pouco qualificados que surgiria, os fluxos migratórios inter-regionais, notadamente os originários do Nordeste e de Minas Gerais e orientados principalmente para São Paulo, diminuiriam ainda mais, fazendo com que os migrantes do mundo rural devessem ter guarida nas cidades médias e grandes da própria periferia nacional. (Cano, 1995, p. 131)

Como foi mostrado, ao que tudo indica, esta hipótese pôde ser comprovada apenas para os casos de Minas Gerais e Paraná – este último não mencionado por Cano –, que, de fato, experimentaram uma enorme redução de sua emigração para São Paulo. Já no caso do Nordeste a mesma proposição parece não encontrar respaldo empírico.

Contudo, o próprio Wilson Cano, em um texto mais recente (Cano, 1998), dá pistas para que se possa entender o recrudescimento da emigração de nordestinos, a redução do poder de atração das metrópoles desta região e, conseqüentemente, o aumento dos deslocamentos de nordestinos com destino a outros centros, em particular, São Paulo. Na verdade, parte das condições que o autor enxergava como indutoras de uma certa recuperação da capacidade de retenção do Nordeste nos anos 80 – a saber, “emprego público, turismo e maturação tardia de grandes investimentos, expansão de cidades médias e urbanização, *vis-à-vis* o aprofundamento da crise econômica em SP e no RJ [*sic*]” (Cano, 1998, p. 344) – também é apontada como estando em crise nos anos 90, como se pode ver nas seguintes passagens:

[...] os grandes investimentos do II PND, a partir de 1985, já haviam maturado, diminuindo assim seus impactos adicionais na periferia. (p. 331)

O Nordeste [...] pode ter perdido pouco mais de meio ponto percentual [na produção industrial nacional] entre 1985 e 1995, principalmente pela continuidade do retrocesso de Pernambuco, pela crise de indústria química nacional, que também afetou a Bahia, e pela contração sofrida pelos setores Têxtil e [de] Confecções em quase toda a região [...] (p. 329)

Nesse sentido, poder-se-ia perguntar: no caso do Nordeste, e em particular de suas maiores aglomerações urbanas, não teriam sido a continuidade de suas desvantajosas condições estruturais (incluindo aqui a seca) e a crise econômica dos anos 90 mais importantes para explicar o aumento de sua emigração do que qualquer grande mudança no poder de absorção da RMSP?

Pensando ainda nos condicionantes destas mudanças, não se pode desconsiderar também o quase “fechamento das fronteiras agrícolas”, processo que certamente teve um efeito sobre o crescimento da imigração para São Paulo, na medida em que implicou o estreitamento ainda maior das alternativas territoriais para o destino dos migrantes.

Não esquecendo que o movimento migratório tem sempre “duas pontas”, seria importante refletir mais profundamente sobre os acontecimentos e fatores que poderiam configurar, reconfigurar ou diretamente extinguir espaços migratórios, sejam eles emissores ou receptores, e reconhecer que apenas uma visão global destas duas facetas do mesmo fenômeno permitiria conclusões mais precisas. Contudo, esta tarefa não faz parte do escopo deste estudo. De qualquer forma, acredita-se que este artigo dará importantes pistas para corroborar a hipótese anteriormente sugerida, ao mostrar que, de fato, nos anos 90, ao menos no que diz respeito ao mercado de trabalho e renda, não existiam quaisquer indícios que pudessem sugerir o aumento da capacidade de retenção migratória da Região Metropolitana de São Paulo.

Desempenho do mercado de trabalho e absorção da mão-de-obra migrante

De antemão, já se sabe que a taxa de desemprego na RMSP no período analisado teve um incremento significativo, segundo a PED, passando de 10% da PEA em 1989 para 19,4% da PEA em 2000. Muito mais acentuado foi o crescimento do desemprego entre os migrantes com menos de três anos de residência, de 15,7% em 1989 para 26,0% em 2000. Isto é, um de cada quatro migrantes recentes encontrava-se, neste último ano, em situação de desemprego. Ademais, o desemprego relativamente mais alto dos migrantes recentes indica sua condição desfavorável em relação à população com mais tempo de residência na região na competição pelas ocupações existentes.

Essa dificuldade pode ser mais bem observada quando se considera o comportamento da participação dos migrantes segundo certas categorias de inserção econômica do mercado metropolitano de trabalho².

De acordo com as informações da Tabela 6, os migrantes recentes tiveram grande dificuldade para se manterem inseridos nos diversos segmentos do mercado de trabalho³, particularmente naqueles mais dinâmicos. Como consequência, o percentual de migrantes inseridos no pior segmento da economia, o “pequeno setor não contratado”, cresceu significativamente. Mesmo o emprego doméstico, outrora reconhecido como uma das principais portas de entrada para os

² Adota-se, neste trabalho, metodologia utilizada em outros estudos realizados a partir das informações propiciadas pela PNAD. A partir do cruzamento das variáveis referentes ao setor de atividade, tamanho do estabelecimento, posição na ocupação e tipo de relação de trabalho, ordena-se o mercado de trabalho não-agrícola segundo alguns segmentos ocupacionais básicos, denominados de categorias de inserção econômica. São elas: (a) *grande-médio setor* – ocupações assalariadas em estabelecimentos com mais de cinco empregados; (b) *pequeno setor contratado* – ocupações assalariadas em estabelecimentos com menos de cinco empregados e ocupações não-assalariadas que destinam sua atividade econômica para um outro estabelecimento; (c) *pequeno setor não contratado* – ocupações assalariadas em estabelecimentos com menos de cinco empregados e ocupações não-assalariadas que dirigem sua atividade para o consumo das pessoas/famílias; (d) *setor público* – ocupações da administração centralizada e autarquias do aparelho de Estado; (e) *emprego doméstico* – ocupações declaradas como de trabalho doméstico. Uma apresentação mais detalhada dessa metodologia pode ser encontrada em Dedecca (2002).

³ Em todas as próximas tabelas está incluída, na condição de migração com dez anos ou mais, a população em idade ativa com local de nascimento em um dos municípios da região metropolitana.

migrantes no mercado de trabalho não-agrícola, não se constituiu em uma alternativa de inserção. Impressiona verificar que o aumento do emprego doméstico na estrutura de ocupações tenha favorecido

aquela parcela da população com maior tempo de residência na RMSP.

A maior discriminação contra os migrantes recentes atingiu tanto homens como mulheres, sugerindo que não tenham

TABELA 6
Distribuição relativa da PEA migrante por categorias de inserção econômica, segundo sexo e tempo de residência
Região Metropolitana de São Paulo
1989 e 2000

Categorias de Inserção Econômica	Distribuição Relativa							
	Total				Homens			
	Tempo de residência				Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
1989								
População Desempregada	10,0	15,7	9,1	9,6	8,8	14,5	7,1	8,5
População Ocupada	89,7	84,1	90,6	90,0	90,8	85,2	92,5	91,1
Grande-Médio Setor (GMS)	46,3	47,2	52,8	45,5	52,8	57,7	61,9	51,4
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	12,8	12,0	11,1	13,1	14,2	14,9	12,2	14,3
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	14,1	8,0	10,6	15,0	14,9	9,1	11,5	15,7
Trabalho Doméstico	6,3	13,9	9,4	5,3	0,5	0,7	0,9	0,5
Setor Público	10,2	3,0	6,7	11,2	8,4	2,8	6,0	9,2
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000								
População Desempregada	19,4	26,2	18,5	19,1	16,8	21,9	14,1	16,9
População Ocupada	80,3	73,5	81,3	80,6	82,7	77,8	85,5	82,7
Grande-Médio Setor (GMS)	33,6	25,7	35,7	33,7	39,2	32,6	47,1	38,5
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	12,3	15,0	12,7	12,1	15,6	21,8	17,6	15,0
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	19,1	15,6	14,9	19,8	21,3	18,8	16,7	22,0
Trabalho Doméstico	7,8	13,9	14,5	6,6	0,8	1,2	1,3	0,7
Setor Público	7,6	3,3	3,5	8,4	5,9	3,4	2,9	6,4
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(continua)

(continuação)

Categorias de Inserção Econômica	Distribuição Relativa			
	Mulheres			
	Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
1989				
População Desempregada	11,8	17,4	11,6	11,3
População Ocupada	88,0	82,4	88,0	88,4
Grande-Médio Setor (GMS)	36,8	31,7	40,5	36,8
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	10,9	7,7	9,6	11,3
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	12,9	6,4	9,4	13,8
Trabalho Doméstico	14,7	33,3	20,8	12,4
Setor Público	12,7	3,3	7,7	14,1
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0
2000				
População Desempregada	22,5	31,9	23,6	21,9
População Ocupada	77,4	68,0	76,3	78,0
Grande-Médio Setor (GMS)	26,8	16,7	22,4	27,9
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	8,3	6,2	6,9	8,5
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	16,4	11,5	12,8	17,1
Trabalho Doméstico	16,2	30,4	30,1	13,7
Setor Público	9,7	3,2	4,1	10,8
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dieese/Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Microdados. Elaboração dos autores.

sido relevantes as condições específicas de inserção ocupacional segundo sexo.

Essas primeiras observações sugerem um ambiente desfavorável à incorporação dos migrantes recentes no mercado metropolitano de trabalho. Em face dessas restrições à inserção econômica do migrante, parece ser pouco plausível a tese do recrudescimento do fluxo migratório para a RMSP em função do surgimento, na região, de fatores que teriam incrementado as possibilidades de inserção produtiva do migrante.

Contudo, para que essa dúvida não cause maiores transtornos para o próprio debate, devem ser analisadas algumas informações sobre a incorporação do migrante no mercado metropolitano de trabalho. Na Tabela 7 pode-se averiguar o aumento absoluto da PEA metropolitana entre 1989 e 2000, nos diversos setores produtivos.

Durante o período, a PEA conheceu um incremento de 1,9 milhão de pessoas, sendo que 52,9% desse contingente, ou seja, 1 milhão de pessoas, encontrava-se na condição de desempregado. As 900 mil novas ocupações foram criadas fora do grande setor e do setor público. Merece destaque o papel cumprido, nesse processo, pelo pequeno setor não contratado e o emprego doméstico.

Em ambos os segmentos, as ocupações mais representativas são caracterizadas por uma remuneração relativamente baixa e uma quase inexistência de qualificação. O baixo desempenho da economia foi traduzido em uma *performance* medíocre do mercado metropolitano de trabalho, seja no que se refere ao volume de ocupações criadas, seja no que diz respeito à qualidade dessas ocupações.

Esse comportamento pouco valoroso do mercado metropolitano de trabalho foi mordaz com aquela parcela da população que aí chegou recentemente. A PEA migrante com menos de três anos de residência foi reduzida em 82 mil pessoas durante os anos 90, resultado de um aumento de 30 mil pessoas desempregadas e da redução de 112 mil pessoas ocupadas. Somente o pequeno setor não contratado

permitiu alguma incorporação de mão-de-obra. Ao longo da década, uma das principais portas de entrada existentes no passado, o emprego doméstico, foi brusca e fechada para a população migrante.

De acordo com essas informações, mais uma vez tal restrição se fez tanto para os homens como para as mulheres. Ademais, o comportamento da migração recente freou um crescimento mais intenso da taxa de desemprego metropolitana. Nota-se, portanto, que o comportamento da PEA migrante com baixo tempo de residência teve um papel positivo para o mercado local de trabalho, fato, aliás, que corrobora estudo anterior (Cunha e Dedecca, 2000) que advogava contra a percepção de que a migração seria a grande vilã dos problemas de emprego metropolitano.

Entretanto, como já se adiantou, os dados relevam um suposto recrudescimento da migração em algum momento da década. Se consideradas as informações para a população migrante com tempo de residência entre três e nove anos, nota-se um comportamento positivo da PEA. É possível que a ténue recuperação da economia brasileira depois de 1993, associada a uma redução dos impactos de investimentos no Nordeste, tenha não apenas alimentado uma maior migração para a RMSP, mas também motivado uma maior permanência na área. Essa desconfiança é confirmada ao se focar a PEA segundo tempo de residência. Conforme as informações do Gráfico 2, há uma significativa participação no mercado metropolitano de trabalho da população com tempo de residência acima de quatro anos, em particular com cinco anos, o que sugere uma maior permanência dos migrantes.

Não obstante a continuidade do crescimento da emigração na RMSP, demonstrada pelo Censo 2000, as informações sobre o aumento da PEA migrante metropolitana segundo idade e tempo de residência alimentam uma desconfiança com relação a um certo crescimento do poder de retenção dos migrantes mais antigos via sua inserção no mercado de trabalho. De acordo com os

TABELA 7
Varição absoluta da PEA migrante por categorias de inserção econômica, segundo sexo e tempo de residência
Região Metropolitana de São Paulo
1989/2000

GRUPO ou Categorias de Inserção Econômica	Variação Absoluta em 1.000 pessoas							
	Total				Homens			
	Tempo de residência				Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
Desempregados	1034	30	114	891	458	8	45	406
Grande-Médio Setor (GMS)	-235	-125	-23	-88	-275	-92	-2	-182
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	201	2	44	154	175	7	43	126
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	723	24	69	631	426	16	41	369
Trabalho Doméstico	255	-12	74	193	16	1	3	12
Setor Público	-26	-1	-13	-11	-60	0	-8	-51
PEA	1955	-82	264	1773	745	-60	121	684
	Distribuição Relativa da Variação Absoluta							
Desempregados	52,9	1,5	5,8	45,6	23,4	0,4	2,3	20,8
Grande-Médio Setor (GMS)	-12,0	-6,4	-1,2	-4,5	-14,1	-4,7	-0,1	-9,3
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	10,3	0,1	2,3	7,9	9,0	0,3	2,2	6,5
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	37,0	1,2	3,5	32,3	21,8	0,8	2,1	18,9
Trabalho Doméstico	13,0	-0,6	3,8	9,9	0,8	0,0	0,2	0,6
Setor Público	-1,3	-0,1	-0,7	-0,6	-3,1	0,0	-0,4	-2,6
PEA	100,0	-4,2	13,5	90,7	38,1	-3,1	6,2	35,0
	Variação Relativa em Porcentagem							
Desempregados	148,1	39,2	182,0	159,1	125,7	19,2		158,8
Grande-Médio Setor (GMS)	-7,3	-54,8	-6,3	-3,3	-12,6	-55,4	-0,7	-10,2
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	22,4	4,1	58,0	20,3	29,9	15,3	88,1	25,5
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	73,8	61,6	94,0	72,6	69,1	62,5	89,0	67,8
Trabalho Doméstico	58,2	-17,3	113,7	63,0	73,1	33,2	97,3	72,8
Setor Público	-3,6	-8,5	-28,8	-1,7	-17,1	-3,8	-36,0	-16,0
PEA	28,0	-17,0	38,3	30,5	18,0	-21,1	30,7	19,8

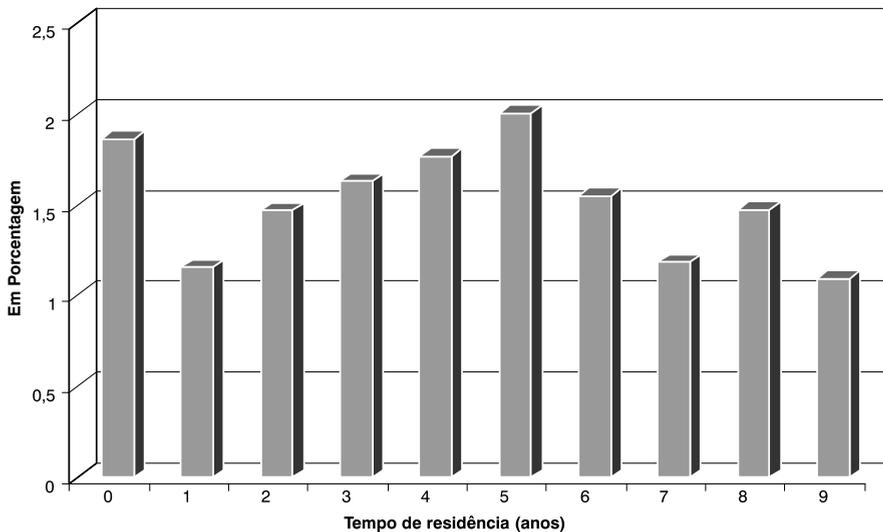
(continua)

(continuação)

GRUPO ou Categorias de Inserção Econômica	Variação Absoluta em 1.000 pessoas			
	Mulheres			
	Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
Desempregados	575	22	69	485
Grande-Médio Setor (GMS)	40	-33	-21	94
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	26	-4	2	28
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	297	7	28	262
Trabalho Doméstico	239	-12	70	181
Setor Público	34	-1	-5	40
PEA	1210	-21	143	1089
	Distribuição Relativa da Variação Absoluta			
Desempregados	29,4	1,1	3,5	24,8
Grande-Médio Setor (GMS)	2,0	-1,7	-1,1	4,8
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	1,3	-0,2	0,1	1,4
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	15,2	0,4	1,5	13,4
Trabalho Doméstico	12,2	-0,6	3,6	9,3
Setor Público	1,7	0,0	-0,2	2,0
PEA	61,9	-1,1	7,3	55,7
	Variação Relativa em Porcentagem			
Desempregados	172,7	63,7	201,0	182,9
Grande-Médio Setor (GMS)	3,8	-53,2	-17,9	10,9
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	8,3	-27,7	6,8	10,5
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	81,6	59,8	102,1	80,7
Trabalho Doméstico	57,4	-18,8	114,6	62,4
Setor Público	9,5	-14,2	-21,2	12,0
PEA	42,7	-10,9	48,5	46,5

Fonte: Dieese/Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Microdados. Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2
Distribuição da PEA migrante segundo tempo de residência
RMSP, 2000



Fonte: Dieese/Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Microdados. Elaboração dos autores.

dados da Tabela 8, observa-se um aumento da PEA com menos de três anos de residência somente na faixa de idade de 40 anos e mais. Quando consideradas as faixas de idade entre 18 e 39 anos, observa-se uma redução da PEA de 61 mil pessoas para a condição de migração com menos de três anos e com idade compreendida entre 18 e 24 anos, e de 4 mil pessoas entre 25 e 39 anos. Ao mesmo tempo, incrementos são encontrados, nessas faixas de idade, para a condição de migração com tempo de residência entre três e nove anos.

Consideradas as informações até aqui apresentadas, essa mudança de sinal sugere fortemente um papel mais relevante da retenção da população migrante pelo mercado local de trabalho. Ademais, o comportamento positivo da migração com idade mais avançada pode ter sido resultado de processos sociais que escapam das pesquisas quantitativas, como a existência de redes de parentesco/amizade que viabilizam a retenção do migrante. No entanto, é sempre bom ter presente que tal “retenção”, não justificada pelos indicadores de desempenho da região, também pode estar refletindo o

crescimento das situações adversas na origem, hipótese que se mostra coerente com o recrudescimento da migração de alguns estados nordestinos.

As dificuldades de um recrudescimento mais ponderável e generalizado do processo migratório podem ser ainda mais bem justificadas quando consideradas segundo níveis de escolaridade (Tabela 9). Os dados mostram uma seletividade perversa do mercado metropolitano de trabalho em relação aos migrantes recentes. A redução da PEA com menos de três anos de residência esteve concentrada na população analfabeta ou com o nível de ensino fundamental incompleto, sendo o grande e médio setor (GMS) o setor mais fechado à incorporação dos migrantes recentes.

Portanto, pode-se afirmar que o mercado metropolitano de trabalho, em especial seu segmento mais bem estruturado, refutou o trabalhador com baixo nível de escolaridade, o qual caracteriza fortemente a população migrante.

Se, do ponto de vista da absorção de mão-de-obra, os indícios apontam para um processo de seletividade desfavorável aos

TABELA 8
Varição absoluta da PEA migrante por categorias de inserção econômica, segundo grupos de idade e tempo de residência
Região Metropolitana de São Paulo
1989/2000

Categorias de Inserção Econômica	Varição Absoluta em 1.000 Pessoas							
	Total				18 a 24 anos			
	Tempo de residência				Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
Desempregados	1034	30	114	891	341	10	41	290
Grande-Médio Setor (GMS)	-235	-124	-23	-88	-102	-71	-28	-2
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	201	2	44	154	86	2	20	63
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	723	24	69	630	126	9	15	102
Trabalho Doméstico	255	-12	74	193	35	-7	25	16
Setor Público	-26	-1	-13	-11	-44	-4	-3	-37
PEA	1955	-81	265	1772	443	-61	70	434
	Distribuição Relativa da Varição Absoluta							
Desempregados	52,9	1,5	5,8	45,6	17,4	0,5	2,1	14,9
Grande-Médio Setor (GMS)	-12,0	-6,3	-1,2	-4,5	-5,2	-3,6	-1,4	-0,1
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	10,3	0,1	2,3	7,9	4,4	0,1	1,0	3,2
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	37,0	1,2	3,5	32,2	6,4	0,4	0,8	5,2
Trabalho Doméstico	13,1	-0,6	3,8	9,9	1,8	-0,3	1,3	0,8
Setor Público	-1,3	-0,1	-0,7	-0,6	-2,3	-0,2	-0,2	-1,9
PEA	100,0	-4,1	13,5	90,6	22,7	-3,1	3,6	22,2
	Varição Relativa em Porcentagem							
Desempregados	148,2	39,4	182,5	159,0	158,0	28,4	195,3	181,2
Grande-Médio Setor (GMS)	-7,3	-54,6	-6,3	-3,3	-12,1	-61,7	-22,6	-0,4
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	22,5	4,1	58,0	20,3	50,2	11,1	103,6	49,0
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	73,7	61,6	93,9	72,6	119,6	75,9	97,8	130,1
Trabalho Doméstico	58,3	-17,3	114,0	63,0	38,5	-20,2	112,1	46,7
Setor Público	-3,7	-8,5	-28,8	-1,8	-42,2	-73,0	-36,2	-40,9
PEA	28,0	-16,8	38,4	30,5	29,0	-27,3	33,0	39,7

(continua)

(continuação)

Categorias de Inserção Econômica	Varição Absoluta em 1.000 Pessoas							
	25 a 39 anos				40 anos e mais			
	Tempo de residência				Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
Desempregados	341	12	51	278	271	9	15	247
Grande-Médio Setor (GMS)	-58	-30	13	-41	103	-8	7	104
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	55	1	23	3295	3	6	86	
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	221	7	39	175	343	7	14	322
Trabalho Doméstico	122	4	41	76	123	1	11	111
Setor Público	-70	1	-10	-6194	2	0	92	
PEA	613	-4	157	461	1032	14	53	965
	Distribuição Relativa da Varição Absoluta							
Desempregados	17,4	0,6	2,6	14,2	13,9	0,5	0,8	12,6
Grande-Médio Setor (GMS)	-3,0	-1,5	0,7	-2,1	5,3	-0,4	0,4	5,3
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	2,8	0,0	1,2	1,6	4,9	0,2	0,3	4,4
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	11,3	0,4	2,0	9,0	17,5	0,3	0,7	16,5
Trabalho Doméstico	6,2	0,2	2,1	3,9	6,3	0,0	0,6	5,7
Setor Público	-3,6	0,1	-0,5	-3,1	4,8	0,1	0,0	4,7
PEA	31,3	-0,2	8,0	23,6	52,8	0,7	2,7	49,4
	Varição Relativa em Porcentagem							
Desempregados	164,8	54,4	210,9	172,9	378,3	212,2	491,5	384,2
Grande-Médio Setor (GMS)	-4,0	-40,8	7,2	-3,4	15,1	-37,3	21,2	16,6
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	16,3	4,1	65,6	11,1	36,0	57,1	58,6	34,6
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	58,8	46,8	108,1	53,9	81,3	99,1	90,9	80,7
Trabalho Doméstico	74,2	29,2	145,2	63,1	91,9	16,7	150,9	90,7
Setor Público	-19,2	16,8	-34,6	-18,7	41,3	136,6	-1,5	42,3
PEA	21,0	-2,9	46,4	19,0	56,9	31,2	66,9	57,1

Fonte: Dieese/Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Microdados. Elaboração dos autores.

TABELA 9
Varição absoluta da PEA migrante por categorias de inserção econômica, segundo escolaridade e tempo de residência
Região Metropolitana de São Paulo
1989/2000

Categorias de Inserção Econômica	Varição Absoluta em 1.000 pessoas							
	ANALFABETO				FUNDAMENTAL INCOMPLETO			
	Tempo de residência				Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
Desempregados	28	-2	6	23	226	3	46	177
Grande-Médio Setor (GMS)	-94	-18	-13	-48	-694	-88	-59	-546
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	-30	-4	1	-19	-95	-3	11	-103
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	-6	1	2	-2	159	6	29	124
Trabalho Doméstico	-22	-7	-2	-10	115	-12	44	84
Setor Público	-6	0	-1	-4	-91	-3	-6	-83
PEA	-129	-31	-7	-59	-383	-97	64	-350
	Distribuição Relativa da Varição Absoluta							
Desempregados	1,5	-0,1	0,3	1,2	11,5	0,2	2,3	9,0
Grande-Médio Setor (GMS)	-4,8	-0,9	-0,6	-2,5	-35,5	-4,5	-3,0	-27,9
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	-1,5	-0,2	0,0	-1,0	-4,9	-0,2	0,6	-5,3
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	-0,3	0,0	0,1	-0,1	8,2	0,3	1,5	6,4
Trabalho Doméstico	-1,1	-0,4	-0,1	-0,5	5,9	-0,6	2,2	4,3
Setor Público	-0,3	0,0	0,0	-0,2	-4,7	-0,1	-0,3	-4,2
PEA	-6,6	-1,6	-0,4	-3,0	-19,6	-5,0	3,3	-17,9
	Varição Relativa em Porcentagem							
Desempregados	85,2	-27,1	117,9	136,5	56,8	7,4	118,3	56,2
Grande-Médio Setor (GMS)	-62,2	-79,0	-50,7	-57,7	-48,9	-73,1	-30,6	-49,5
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	-48,5	-42,0	11,5	-52,7	-21,7	-11,5	25,8	-28,0
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	-5,9	19,9	29,7	-3,6	28,9	25,3	72,8	25,5
Trabalho Doméstico	-24,6	-65,0	-19,8	-16,5	39,8	-27,5	99,0	41,7
Setor Público	-49,1	-52,4	-54,2	-43,1	-52,9	-67,3	-60,7	-52,1
PEA	-28,9	-55,3	-12,0	-21,6	-11,7	-36,6	17,4	-13,3

(continua)

(continuação)

Categorias de Inserção Econômica	Varição Absoluta em 1.000 pessoas							
	FUNDAMENTAL COMPLETO				MÉDIO COMPLETO			
	Tempo de residência				Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
Desempregados	476	9	26	271	325	12	19	256
Grande-Médio Setor (GMS)	-46	-8	9	-46	436	-1	28	348
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	122	2	13	61	177	6	10	133
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	263	6	14	173	248	6	12	200
Trabalho Doméstico	100	5	13	57	41	3	8	29
Setor Público	-44	-2	-3	-25	41	1	-4	35
PEA	874	14	72	494	1270	27	73	1003
	Distribuição Relativa da Varição Absoluta							
Desempregados	24,3	0,5	1,3	13,9	16,6	0,6	1,0	13,1
Grande-Médio Setor (GMS)	-2,3	-0,4	0,5	-2,4	22,3	-0,1	1,5	17,8
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	6,3	0,1	0,7	3,1	9,0	0,3	0,5	6,8
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	13,5	0,3	0,7	8,8	12,7	0,3	0,6	10,2
Trabalho Doméstico	5,1	0,3	0,7	2,9	2,1	0,2	0,4	1,5
Setor Público	-2,3	-0,1	-0,2	-1,3	2,1	0,0	-0,2	1,8
PEA	44,7	0,7	3,7	25,3	65,0	1,4	3,7	51,3
	Varição Relativa em Porcentagem							
Desempregados	275,3	102,4	338,0	239,9	458,6	227,7	533,6	537,5
Grande-Médio Setor (GMS)	-5,8	-29,4	17,1	-9,2	65,8	-5,1	75,4	73,4
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	65,5	34,7	141,6	49,4	118,3	146,2	124,0	119,9
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	152,7	171,0	166,3	143,8	237,7	204,9	226,1	246,0
Trabalho Doméstico	396,2	170,9	416,4	396,2	1490,0	868,9	1610,0	1768,3
Setor Público	-28,7	-80,7	-52,4	-24,3	17,5	22,2	-29,0	21,0
PEA	58,3	27,1	83,3	50,5	103,6	68,6	105,3	113,6

(continua)

(continuação)

Categorias de Inserção Econômica	Variação Absoluta em 1.000 pessoas			
	SUPERIOR COMPLETO			
	Tempo de residência			
	Total	Menos de 3	De 3 a 9	10 ou mais
Desempregados	41	2	1	38
Grande-Médio Setor (GMS)	149	1	6	142
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	44	-1	2	42
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	35	1	1	33
Trabalho Doméstico	1	0	0	1
Setor Público	53	3	2	49
PEA	324	6	13	305
	Distribuição Relativa da Variação Absoluta			
Desempregados	2,1	0,1	0,1	1,9
Grande-Médio Setor (GMS)	7,6	0,0	0,3	7,3
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	2,2	0,0	0,1	2,1
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	1,8	0,0	0,1	1,7
Trabalho Doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor Público	2,7	0,1	0,1	2,5
PEA	16,6	0,3	0,7	15,6
	Variação Relativa em Porcentagem			
Desempregados	230,2	129,6	102,5	251,1
Grande-Médio Setor (GMS)	58,0	7,8	30,8	62,6
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	79,5	-24,0	76,5	84,9
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	115,1	225,5	54,4	119,7
Trabalho Doméstico	328,7	0,0	19,2	567,1
Setor Público	32,6	72,2	16,3	32,7
PEA	61,9	30,9	35,6	65,2

Fonte: Dieese/ Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Microdados. Elaboração dos autores.

TABELA 10
Renda/hora mediana da PEA migrante segundo sexo e tempo de residência
Região Metropolitana de São Paulo
1989 e 2000

Categorias de Inserção Econômica	Diferenciais de Renda							
	Total				Homens			
	Tempo de Residência				Tempo de Residência			
	Total	< de 3	De 3 a 9	10 ou mais	Total	< de 3	De 3 a 9	10 ou mais
	1989							
Grande-Médio Setor (GMS)	1,09	0,69	0,86	1,18	1,25	0,74	1,01	1,37
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	0,79	0,55	0,66	0,83	0,93	0,56	0,81	1,02
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	0,88	0,59	0,75	0,91	0,98	0,69	0,92	1,01
Trabalho Doméstico	0,37	0,27	0,33	0,40	0,38	0,30	0,38	0,39
Setor Público	1,75	1,35	1,82	1,76	1,84	1,72	1,74	1,86
População Ocupada	1,00	0,58	0,80	1,09	1,22	0,72	1,01	1,31
	2000							
Grande-Médio Setor (GMS)	1,13	0,79	0,87	1,21	1,23	0,80	0,91	1,32
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	0,90	0,64	0,78	0,95	0,94	0,64	0,83	1,06
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	0,80	0,62	0,71	0,83	0,88	0,66	0,78	0,90
Trabalho Doméstico	0,64	0,47	0,64	0,68	0,73	0,53	0,69	0,81
Setor Público	1,91	1,94	1,89	1,91	1,89	2,22	1,60	1,90
População Ocupada	1,00	0,66	0,80	1,06	1,13	0,76	0,87	1,20

(continua)

(continuação)

Categorias de Inserção Econômica	Diferenciais de Renda			
	Mulheres			
	Tempo de Residência			
	Total	< de 3	De 3 a 9	10 ou mais
1989				
Grande-Médio Setor (GMS)	0,82	0,56	0,67	0,88
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	0,57	0,45	0,45	0,59
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	0,67	0,38	0,57	0,69
Trabalho Doméstico	0,36	0,27	0,32	0,40
Setor Público	1,68	1,02	1,82	1,68
População Ocupada	0,74	0,42	0,56	0,80
2000				
Grande-Médio Setor (GMS)	0,97	0,72	0,76	1,02
Pequeno Setor Contratado (PS-C)	0,85	0,65	0,71	0,85
Pequeno Setor Não Contratado (PS-NC)	0,64	0,50	0,58	0,64
Trabalho Doméstico	0,64	0,47	0,63	0,68
Setor Público	1,91	1,92	1,99	1,91
População Ocupada	0,85	0,57	0,69	0,90

Fonte: Dieese/ Fundação Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Microdados. Elaboração dos autores.

migrantes recentes, o mesmo não se verifica em relação aos seus rendimentos. Comparadas as estruturas de renda/hora medianas, em ambos os anos, nota-se uma redução do diferencial entre aquela do migrante recente e a do conjunto da população ocupada (Tabela 10); infelizmente, tal constatação, mais que uma notícia alvissareira, parece indicar a generalização da degradação da renda na Região Metropolitana de São Paulo.

Nota-se, inclusive, que a maior redução nos diferenciais de rendimentos ocorreu para o emprego doméstico, considerado um segmento tradicional de inserção para o migrante recente.

Em suma, os dados analisados nesta seção mostram que, embora se percebam alguns indícios de maior retenção da migração na RMSP, poucos elementos puderam ser identificados de maneira a justificar tanto esta maior retenção, quanto o aumento da imigração para a região. Não se pode esquecer que os dados censitários de 2000 dão conta da continuidade do aumento do volume da emigração da metrópole, não apenas para fora, mas também para dentro do Estado de São Paulo. Assim sendo, tudo leva a crer que o

que se observa seja muito mais efeito de uma crise de maiores proporções nas origens dos movimentos do que, propriamente, de mudanças na RMSP que implicassem o aumento do seu potencial atrativo.

Observações finais

Como já se frisou, deve-se considerar com muito cuidado a idéia de a RMSP ter realmente sofrido uma “recuperação demográfica” nos anos 90, sobretudo se esta constatação decorre apenas da consideração do volume do seu saldo migratório.

É ainda arriscado prever em que medida esta inflexão apresentada pelo saldo migratório, que decorre em grande medida do crescimento do volume de imigração, pode ser sustentada ao longo do tempo. Não se pode esquecer que boa parte dos condicionantes que parecem ter influído na redução da migração para o Sudeste continua atormentando a vida dos migrantes: desemprego, precarização do trabalho, empobrecimento etc. Além disso, para uma melhor avaliação seria importante considerar mais de perto as informações do desempenho das principais áreas de evasão nacional, além das possibilidades

da abertura de novas áreas de fronteira agrícola, que, ao que tudo indica, estariam praticamente esgotadas no país.

Este artigo procurou explorar, dentro de certos limites metodológicos, as informações da Pesquisa de Emprego Desemprego (PED) realizada pela Fundação Seade e o Dieese. Essa ressalva deve ser feita em razão de essa fonte de informações não permitir avaliar com precisão os fluxos de entrada e saída de população da região, particularmente estes últimos, uma vez que a pesquisa não traz informações sobre a emigração da área. No entanto, do seu cotejamento preliminar com as informações do Censo Demográfico de 2000 fica claro que os dados permitem uma boa aproximação para se estudar o comportamento e as características da imigração, especialmente em termos da inserção no mercado de trabalho. Permanece, no entanto, a necessidade de uma análise mais aprofundada da emigração, em particular sobre o comportamento da migração de retorno, para que se possa ter uma visão mais completa da natureza desta “recuperação” observada na década de 1990.

O ponto de partida deste artigo foi a divulgação de algumas análises que sugeriram o recrudescimento do fluxo migratório para a Região Metropolitana de São Paulo, em razão dos sinais de reconcentração econômica observados durante os anos 90.

Duas desconfianças em relação a essas análises estimularam o presente estudo. A primeira refere-se ao péssimo desempenho do mercado de trabalho metropolitano durante o período, que não poderia ser tomado como uma fonte de atração para o processo migratório. Poder-se-ia argumentar que, mesmo nesse contexto, a migração seria viável devido às condições ainda piores nas regiões de origem dos migrantes. Aceitar tal argumento exigiria redundar toda a teoria que dispõe sobre as relações entre migração e trabalho.

Em geral, boa parte da teoria sempre fundamentou seus argumentos na possibilidade de a migração se traduzir em uma melhora das condições de vida, muitas

vezes associada a um processo de mobilidade social. Nos anos 90, não se pode afirmar que essa tenha sido a perspectiva que o mercado metropolitano de trabalho ofereceu aos migrantes. O principal sinal dessa restrição foi a intensidade com que o desemprego atingiu essa parcela da população. Na verdade, não se pode considerar que alguém assuma todos os custos – monetários e pessoais – da migração para se tornar desempregado.

Por isso mesmo, talvez cumpra aos estudiosos de migração começarem a rever tais teorias. Particularmente, em que medida os movimentos migratórios podem ser, no mundo contemporâneo, devidamente interpretados a partir da relação com o mercado de trabalho. Este estudo, entre outros aspectos, evidencia que essa associação não é nada clara. Nesse sentido, ao menos três questões poderiam ser aqui levantadas, à guisa de pistas para futuras pesquisas.

A primeira refere-se à relação que poderia haver entre a migração e a renda (ou riqueza) disponível nos destinos, riqueza esta que facultaria aos migrantes, mesmo em condições de precariedade, uma gama maior de alternativas para a sua reprodução social comparativamente aos seus lugares de origem.

A segunda diz respeito à necessidade de um estudo mais pormenorizado das origens dos fluxos, particularmente onde houve claramente um aumento do volume de saídas. Não se pode esquecer que certos condicionantes, como, por exemplo, o esgotamento dos impactos da desconcentração econômica periférica (Cano, 1998), especificamente no Nordeste, ou a seca, com seus impactos cíclicos, podem ter atormentado ainda mais os já combatidos migrantes em potencial.

Por último, o “fechamento” quase que completo das fronteiras agrícolas também deveria ser considerado como elemento “motivador” para continuadas “aventuras” em direção à RMSP. Talvez não seja por acaso que Bahia e Piauí, duas das principais áreas de origem dos migrantes nordestinos para o Centro-Oeste (Cunha, 2002b), tenham sido os estados que

apresentaram maior crescimento de volume de emigrantes.

A segunda desconfiança decorreu do baixo peso da migração para o crescimento da PEA metropolitana, constatação já apontada em trabalho anterior (Cunha e Dedecca, 2000), quando se mostrou que os problemas de emprego no mercado metropolitano de trabalho não poderiam ser imputados ao processo migratório; ao contrário, tais problemas decorriam do crescimento da própria PEA local.

Os resultados obtidos aqui, que, entre outros aspectos, mostram a redução da PEA migrante recente em idades altamente produtivas nas atividades mais dinâmicas e o crescimento do desemprego, confirmam a desconfiança sobre a veracidade do argumento relativo ao crescimento do poder de atração metropolitano.

Assim, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego mostram que os mais penalizados pelo desempenho medíocre do mercado metropolitano de São Paulo foram justamente os do segmento da PEA migrante com tempo de residência inferior a três anos, fato que, a nosso ver, atesta contra a hipótese de uma retomada da atratividade regional. Mesmo a constatação de uma

maior retenção migratória, consubstanciada na importância relativa de migrantes mais antigos, não pode ser considerada como indicativo desta hipótese, pois muito provavelmente este fato decorre do aumento da migração no primeiro quinquênio dos anos 90, como foi fortemente sugerido pelos dados aqui analisados.

Podem ser que os dados do Censo Demográfico de 2000, ao serem analisados com maior profundidade, tragam outras surpresas em relação aos resultados obtidos neste e em outros trabalhos realizados pelos autores. De qualquer forma, o que parece cada vez mais claro é que um novo esforço teórico e analítico terá de ser desenvolvido, uma vez que parte predominante dos argumentos anteriormente encontrados nos estudos sobre migração e trabalho parece estar, paulatinamente, perdendo sua capacidade explicativa.

Independentemente dessas possibilidades, cabe ressaltar que o esforço de entender a inserção dos migrantes no mercado metropolitano de trabalho tornou explícita a perversidade da dinâmica econômica dos anos 90 para o processo de absorção de mão-de-obra, em especial para aqueles segmentos com condições de inserção mais desfavoráveis.

Referências bibliográficas

AZZONI, C.R. Indústria e reversão da polarização. **Ensaio Econômico**, São Paulo, IPE-USP, n. 58, 1986.

BAENINGER, R. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. **Texto NEPO**, NEPO-Unicamp, Campinas, n. 35, 2000.

CANO, W. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (org.), **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2ª ed. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998 (30 Anos de Economia-UNICAMP, 2).

CANO, W. e PACHECO, C.A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. In: FUNDAÇÃO SEADE, **Cenários e diagnósticos: a economia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Fundação Seade, 1992 (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI, 1).

CUNHA, J.M.P. da. (Des) Continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/91: qual o efeito da crise? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v. 16, ns. 1/2, jan./dez.1999, p. 83-97.

_____. La movilidad intrarregional en el contexto de los cambios migratorios en Brasil en el período 1970-1991: el caso de la Región Metropolitana de São Paulo. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Celade, n. 70, 2000.

_____. Aspectos demográficos da estruturação das Regiões Metropolitanas brasileiras. In: HOGAN, D.J. et al. (orgs.), **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO-Unicamp/PRONEX, 2002a.

_____. Migração no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D.J. et al. (orgs.), **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: NEPO-Unicamp/PRONEX, 2002b.

CUNHA, J.M.P. da e BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D.J. et al. (orgs.), **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: NEPO-Unicamp/PRONEX, 2000.

CUNHA, J.M.P. da e DEDECCA, C.S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v. 17, ns. 1/2, jan./dez. 2000, p. 97-118.

DEDECCA, C.S. **Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999. Mimeo.

_____. Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 2, abr./jun. 2002.

DEDECCA, C.S. e BALTAR, P.E.A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, FEA-USP, São Paulo, n. 27 (Especial), 1998.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia** (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG), Belo Horizonte, v. 31, n. 11, 1993.

IPEA/IBGE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

PACHECO, C.A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

PERILLO, S.R. **Tendências da migração no Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Seade, 2002. Mimeo.

Abstract

Migration, labor and income in the nineties: the case of São Paulo Metropolitan Area

During the nineties, following international trends, Brazil, and particularly the São Paulo Metropolitan Area, underwent a huge transformation in its productive structure, characterized by the flexibilization and rationalization of the labor process with negative impacts on the level of employment. Starting in the eighties, the loss of capacity for maintaining a high proportion of employees in the metropolitan labor market was accompanied by a reduction of the migratory flows toward the region. More recently some researchers have suggested the transitory nature of this deceleration of migration and the possibility of the recrudescence of migratory flows to São Paulo and its main metropolitan area. If this hypothesis should be confirmed, there is no doubt about the effect on metropolitan labor market. This paper analyzes migration in the São Paulo Metropolitan Area in the nineties using data from the Employment and Unemployment Survey (PED - Dieese/Fundação Seade), seeking to evaluate the impact of these movements on the labor force and their effects on the unemployment level in the region. The analyses also take into account the consequences of this process for the conditions of participation and remuneration of the migrant labor force.

Key words: Labor force. Migration. Population and labor market. São Paulo Metropolitan Area.

Recebido para publicação em 30/9/2003.

Aceito para publicação em 1/2/2004.